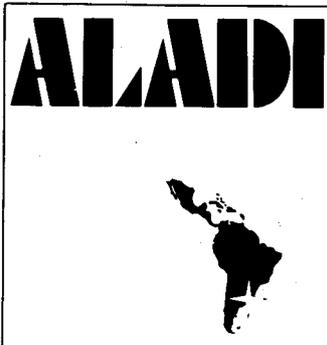


Consejo de Ministros

Segunda Reunião
26-27 de abril de 1984
Montevideu - Uruguai



Asociación Latinoamericana
de Integración
Associação Latino-Americana
de Integração

879

EXPOSICIÓN FORMULADA PELO SENHOR HÉCTOR HERNÁNDEZ CERVANTES, SECRETÁRIO DE COMÉRCIO E FOMENTO INDUSTRIAL DO MÉXICO, NA SEGUNDA REUNIÃO DO CONSELHO DE MINISTROS (Segunda Sessão Plenária)

ALADI/CM/II/di 4.4
26 de abril de 1984

Senhor Ministro, Carlos Alberto Maeso, Presidente da Reunião,
Senhores Ministros,
Senhores Delegados,

Com os fraternais cumprimentos do Presidente do México, Miguel de La Madrid, transmito aos Senhores seu mais amplo reconhecimento pelos esforços para vigorizar os fundamentos da integração latino-americana e sua efetiva aplicação.

Agradecemos ao povo uruguaio sua tradicional hospitalidade para realizar nesta nobre e culta cidade um encontro de transcendência regional.

Perante a gravidade da situação econômica internacional e, particularmente, perante a erosão sem precedente da cooperação internacional para o desenvolvimento, a América Latina deu provas neste ano de 1984 de solidariedade e de madurez.

A Segunda Reunião do Conselho de Ministros realiza-se em circunstâncias particularmente difíceis para a região. A intensa crise da economia internacional, cujos efeitos refletem-se na contínua deterioração dos termos de intercâmbio, em comparação com a dos países com desenvolvimento, é motivo de vital preocupação.

Há apenas semanas, em sua viagem oficial a América do Sul, o Presidente do México salientou "... as consequências negativas da escalada nas taxas de juros, a retração das correntes financeiras líquidas para a região, o crescimento da maré protecionista que freia o acesso de nossos produtos aos países industrializados, os elevados custos das tecnologias que obstruem a diversificação das economias latino-americanas e que não superar esses fenômenos significaria condenar a América Latina à estagnação, se não à regressão".

A América Latina e o conjunto dos países em desenvolvimento manifestaram a inadiável necessidade de encontrar soluções permanentes e a longo prazo ao problema da dívida externa. Manifestamos que os Governos dos principais países industrializados, a comunidade financeira internacional e os organismos financeiros e monetários multilaterais devem assegurar aos países devedores melhores condições de financiamento e alívio efetivo da carga do serviço da dívida, bem como melhores condições de acesso para nossas exportações, com o propósito de permitir em breve prazo taxas adequadas de crescimento econômico.

//

Existe, como se reconhece na Declaração de Quito, "uma íntima e inseparável vinculação entre comércio exterior e financiamento internacional. Somente o manejo conjunto dos dois fatores, contribuirá para uma solução positiva ao problema do endividamento externo".

Não houve resposta adequada do mundo desenvolvido. Os acordos temporários e limitados não resolvem nem atenuarão o problema fundamental que de uma maneira ou de outra se apresentará em toda sua dimensão no futuro próximo.

Perante esta realidade, é preciso tomar decisões firmes para impulsionar o desenvolvimento da América Latina com maior agressividade e determinação, utilizando ao máximo entre outros esforços as possibilidades de integração que nos brinda o Tratado de Montevidéu 1980.

Neste contexto são particularmente importantes os resultados da Conferência Econômica Latino-Americana do passado mês de janeiro, que ficaram plasmados na Declaração e no Plano de Ação e que constituem um dos maiores esforços de convergência tentado pelos países latino-americanos.

O México reitera o compromisso de implementar o conjunto de propostas nele contidas, cujos propósitos se orientam a concretizar, através da cooperação e integração econômica, a capacidade de resposta da região ante a crise internacional.

Por isso, e entendendo que na relação finanças-comércio existem vias adequadas para sustentar nosso crescimento regional, o México oferece neste Conselho de Ministros a sede da reunião de responsáveis governamentais de financiamento do comércio exterior, acordada e disposta no Plano de Ação de Quito.

A expansão do comércio e a complementação econômica entre os países latino-americanos são fatores determinantes para consolidar o desenvolvimento de suas economias.

Neste sentido é imperativa a utilização plena dos mecanismos com que conta a Associação e a busca de novas fórmulas, entre as quais se destaca a conveniência de vincular o comércio com o financiamento, visando racionalizar o uso de divisas e facilitar as transações intrazonais.

A preferência tarifária regional que constitui um dos mecanismos básicos do Tratado de Montevidéu 1980 já é uma realidade. No entanto, devemos dar apoio unânime e decidido e lutar por uma preferência imediata mais ampla, de acordo com as possibilidades de cada país, que dê como resultado uma efetiva desviação do comércio para a região e seu incremento, entre os países que a integram.

A margem de preferência tarifária que for obtida, a curto ou médio prazos, somente pode ser efetiva se acompanhada de esforços paralelos no campo das barreiras tarifárias. Estas não devem frustrar as possibilidades de comércio que estamos empenhados em expandir.

Dentro deste exercício, devemos em conjunto brindar maior abertura e outorgar maiores facilidades aos países de menor desenvolvimento econômico relativo da região. O progresso de alguns sem o benefício comum e compartilhado por todos é inaceitável.

//

Por isso é tão estimulante a mensagem do Chanceler da Argentina, Dante Caputo, em torno das opções apresentadas nos mecanismos de integração, tanto sobre o aprofundamento do processo quanto sobre a convergência e prazos.

Devemos, reitero, avançar com audácia e firmeza.

A este respeito, mais uma vez reiteramos o apoio correspondente às atividades do Comitê de Ação de Apoio ao Desenvolvimento Econômico e Social da América Central (CADESCA), orientadas a promover a canalização de recursos financeiros, materiais e técnicos tanto na América Latina quanto de países e organismos extra-regionais.

Em resumo, reafirmamos no foro operacional nossa vontade política. Devemos seguir adiante para vigorizar, diversificar e ampliar nosso comércio recíproco. Para isso, os meios mais adequados, e a curto prazo, são uma maior abertura entre nós mesmos e uma melhor utilização de formas de comércio como o intercâmbio compensado e o fortalecimento de nossos atuais mecanismos de pagamento.

Senhor Presidente, Senhores Ministros, tenho plena confiança no êxito de nosso trabalho e reconheço o renovado esforço de nossa Secretaria.

Muito obrigado.
